



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças

Financiamento previsto no âmbito do
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO
para as Regiões Autónomas e municípios
(RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro)

**Objectivo do
financiamento:**

Substituir dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros.

Mutuários:

Regiões Autónomas e municípios.

Elegibilidade:

Regiões Autónomas e municípios, com excepção dos municípios que preencham pelo menos três das situações previstas no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, e que não tenham declarado a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e do referido decreto-lei, até à data de 31 de Dezembro de 2008.

**Montante total e
respectivos mutuantes:**

Até 1250 milhões de euros, 40% a ser concedido pela DGTF e 60% por Instituições de Crédito (IC).

**Montante atribuível a
cada mutuário:**

O menor de entre os seguintes montantes: o solicitado pelo mutuário e o determinado nos termos da alínea b) do n.º 11 da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro;

No caso das Regiões Autónomas e dos municípios que, durante o ano de 2008, obtiveram financiamento de médio e longo prazo no âmbito do «Programa Pagar a Tempo e Horas» aprovado pela RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, o montante de financiamento atribuível é deduzido da parcela obtida pela aplicação do disposto na alínea a) do n.º 12.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

No caso dos municípios que, desde a data de entrada em vigor da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, tenham contraído, ou venham a contrair até à data de celebração do financiamento previsto neste Programa, empréstimos para saneamento ou reequilíbrio financeiro municipal, ao montante de financiamento atribuível são deduzidos os montantes desses empréstimos de saneamento ou reequilíbrio financeiro (de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 12 da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro).

Caso o total do montante atribuível a todos os mutuários exceda os 1250 milhões de euros, o montante atribuível a cada um será sujeito a rateio, de acordo com o previsto no n.º 15 da RCM 191-A/2008, de 27 de Novembro.

Objectivos anuais de prazos médios de pagamento

São estabelecidos de acordo com o artigo 39.º do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 14 de Fevereiro, com as alterações decorrentes da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro. Em particular, a alínea a) do artigo 39.º do Anexo acima referido aplica-se no apuramento do objectivo de prazos de pagamento para 2009, sendo que, no que respeita à alínea i), considera-se, para efeitos de cálculo, o PMP registado no final do 4.º trimestre de 2008 (substituindo a variável PMP_{2007}) e as aquisições de bens e serviços realizadas no ano de 2008 (substituindo a variável A_{2007}).

Procedimentos/calendário:

- 1) Até 15 de Janeiro de 2008, e após consulta à banca, o mutuário solicita à DGTF a adesão ao Programa, indicando o financiamento desejado e remete a ficha técnica do empréstimo a conceder pela IC (correspondente a 60% do financiamento); no caso dos municípios deverá ser igualmente remetida a declaração de preenchimento obrigatório nos termos da ficha



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

anexa:

- 2) Até 22 de Janeiro de 2008, a DGTF solicita às Direcções-Gerais do Orçamento e das Autarquias Locais, a confirmação da elegibilidade, respectivamente, das Regiões Autónomas e dos municípios, o montante do financiamento atribuível a cada mutuário e o Prazo Médio de Pagamentos, devendo aquelas entidades prestar informação até 8 de Fevereiro de 2009.
- 3) Até 16 de Fevereiro de 2009, a DGTF divulga na sua página da INTERNET a lista dos mutuários elegíveis e o respectivo montante de financiamento autorizado;
- 4) Após a recepção da cópia do contrato assinado do financiamento da IC, a DGTF procede à assinatura do contrato de empréstimo do Estado, a celebrar nos moldes da minuta aprovada pelo Despacho n.º 6871-B/2008, de 22 de Fevereiro de 2008, atentas as alterações decorrentes da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro.

Até 5 dias úteis após a obtenção do visto do Tribunal de Contas sobre o contrato de empréstimo do Estado, a DGTF procede ao desembolso do capital mutuado, depositando-o numa conta a indicar pelo mutuário.

FICHA TÉCNICA DO EMPRÉSTIMO DO ESTADO

Montante	Até 500 milhões de euros, correspondente a 40% do financiamento aprovado e publicado, até 16 de Fevereiro de 2009, na página da DGTF (os restantes 60% serão financiados pela(s) IC).
Prazo:	Até 10 anos a contar da data do visto do Tribunal de Contas sobre o contrato de empréstimo.
Carência:	Metade do prazo do empréstimo do Estado, equivalente ao



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

prazo do empréstimo concedido pela IC.

Taxa de Juro:

Taxa igual a zero durante o período de carência; durante o prazo de reembolso, será a equivalente à taxa EURIBOR_{6m} em vigor no início do período de contagem de juros; a esta taxa podem acrescer ou deduzir *spreads* em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos para o PMP de acordo com o disposto nos artigos 43.º, 44.º e 45.º do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro.

Pagamento de juros

Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a 15 de Junho e 15 de Dezembro de cada ano, com excepção da primeira prestação, cujo período de contagem começa na data de início do prazo de reembolso e termina a 15 de Junho ou 15 de Dezembro, consoante a data que estiver mais próxima do início do referido período de contagem de juros.

Garantia

Transferência do Orçamento do Estado, nos termos previstos na minuta aprovada pelo Despacho n.º 6871-B/2008, de 22 de Fevereiro.

Observações:

Esta informação não dispensa a leitura dos diplomas legais subjacentes.

O financiamento previsto neste Programa desenvolve-se nos termos da RCM n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, que tem como referência o Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, nomeadamente a sua Secção V, com excepção dos números 21 a 24, 27, e 30 a 35, que não são considerados neste Programa.

Pedidos de informação adicional sobre o financiamento previsto neste Programa poderão ser dirigidos a apoiosfinanceiros@dgtf.pt.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

**Ficha de preenchimento obrigatório pelos Municípios para solicitação de empréstimos
no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro

I. Identificação do Município

Município que solicita o empréstimo

II. Situação do Município no que respeita ao n.º 1 do artigo 8.º do Decreto – Lei n.º 38/2008, de 7 de Março:

O município preenche pelo menos três dos
critérios constantes do n.º 1 do artigo 8.º
do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março

Não ☐

Sim ☐

Se respondeu **Sim**, identifique quais:

- a) Ultrapassagem do limite de endividamento a médio e longo prazos
previsto no artigo 39.º da Lei das Finanças Locais..... ☐
- b) Endividamento líquido superior a 175 % das receitas previstas no n.º 1 do artigo 37.º
da Lei das Finanças Locais..... ☐
- c) Existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 50 % das receitas totais
do ano anterior..... ☐
- d) Rácio dos passivos financeiros, incluindo o valor dos passivos excepcionados para
efeitos de cálculo do endividamento líquido, em percentagem da receita total
superior a 300 %..... ☐
- e) Prazo médio de pagamentos a fornecedores superior a seis meses..... ☐
- f) Violação das obrigações de redução dos limites de endividamento previstos no n.º 2
do artigo 37.º e no n.º 3 do artigo 39.º, ambos da Lei das Finanças Locais..... ☐



S.

R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

III. Situação do Município relativamente à vigência de contratos de saneamento ou de reequilíbrio financeiro

a) O município contraiu empréstimo para saneamento ou reequilíbrio financeiro ao abrigo da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
---	--

Se respondeu **Sim**, identifique, o respectivo empréstimo, incluindo a Instituição de Crédito e o montante associado.

b) O município pretende contrair empréstimo para saneamento ou reequilíbrio financeiro ao abrigo da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
--	--

Se respondeu **Sim**, identifique:

- i) O respectivo empréstimo, incluindo a Instituição de Crédito e o montante associado, previstos na presente data.

- ii) Se pretende utilizar o montante de financiamento a ser concedido ao abrigo do presente Programa no âmbito dos mecanismos de saneamento ou reequilíbrio financeiro, nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro.

Sim ☐

Não ☐

Comentários:



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos se declara que:

- a) O Município preenchendo pelo menos três das situações previstas no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, já declarou ou irá declarar até 31 de Dezembro de 2008 a situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira.

Data: _____ de de 200

Assinatura,

Nome: _____

Cargo: